

***Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura -IGEC***

Relatório dos auditores independentes, demonstrações financeiras e notas explicativas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

# *Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura - IGEC*

31 de dezembro de 2017

## **Índice**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
<u>Demonstrações financeiras auditadas:</u>	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores do  
Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura - IGEC  
Recife - PE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura - IGEC (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura - IGEC, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de sua operação e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores que emitiram relatório sem ressalvas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 29 de novembro de 2018



EQUITY AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC-PE N° 000822-9

Bruno Lindoso de Melo  
Contador  
CRC-PE N° 017.217/O-4

INSTITUTO DE GESTÃO DO ESPORTE E DA CULTURA - IGEC

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota	2017	2016	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota	2017	2016
<u>CIRCULANTE</u>	<u>explicativa:</u>			<u>CIRCULANTE</u>	<u>explicativa:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	910.851	948.751	Obrigações sociais e trabalhistas	6	109.889	101.084
Outros créditos	5	28.517	68.801	Tributos a recolher	7	74.845	66.371
Total do ativo circulante		<u>939.368</u>	<u>1.017.552</u>	Provisões trabalhistas	8	672.871	151.472
				Convênios	9	<u>94.345</u>	<u>709.914</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				Total do passivo circulante		<u>951.950</u>	<u>1.028.842</u>
Imobilizado		<u>12.582</u>	<u>11.290</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u><u>951.950</u></u>	<u><u>1.028.842</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>951.950</u></u>	<u><u>1.028.842</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE GESTÃO DO ESPORTE E DA CULTURA - IGEC

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em reais - R\$)

---

	Nota <u>explicativa:</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10	3.751.143	3.458.028
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	11	(2.928.916)	(2.184.564)
Despesas administrativas	12	<u>(800.972)</u>	<u>(1.239.169)</u>
Total		<u>(3.729.888)</u>	<u>(3.423.733)</u>
SUPERÁVIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		21.255	34.295
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		2.443	1.308
Despesas financeiras		<u>(23.698)</u>	<u>(35.603)</u>
RESULTADO FINANCEIRO - LÍQUIDO		<u>(21.255)</u>	<u>(34.295)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

INSTITUTO DE GESTÃO DO ESPORTE E DA CULTURA - IGEC

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em reais - R\$)

---

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE GESTÃO DO ESPORTE E DA CULTURA - IGEC

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em reais - R\$)

---

Não movimentação no saldo nesse grupo.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE GESTÃO DO ESPORTE E DA CULTURA - IGEC

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em de reais - R\$)

---

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit do exercício	-	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.856	994
Provisões para rescisões trabalhistas	521.399 -	26.496
(Aumento) redução nos ativos:		
Outros créditos	40.284	(68.801)
Aumento (redução) nos passivos:		
Obrigações sociais e trabalhistas	8.805	(7.690)
Tributos a recolher	8.475	16.978
Outras obrigações	(615.569)	110.134
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO NAS) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>(34.751)</u>	<u>78.111</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Bens	<u>(3.149)</u>	<u>(10.319)</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>(3.149)</u>	<u>(10.319)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(37.900)</u>	<u>67.792</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	948.751	880.959
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	910.851	948.751
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(37.900)</u>	<u>67.792</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016  
(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura. (“Instituto”) foi constituído em 28 de julho de 2014, e sua sede está localizada na Rua Silveira Lobo, 32, na cidade do Recife, estado de Pernambuco. Tem como objeto social:

- Gestão de instalações de esportes;
- Produção e promoção de eventos esportivos;
- Atividade de apoio à educação, exceto caixas escolares;
- Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte.

O Instituto é responsável por dois contratos de gestão, celebrados com o Município do Recife, tendo como objetivo:

### 1) Gestão administrativa e desportiva das Academias Recife.

Engloba 18 academias:

- a. Polo Hipódromo: Rua Fonseca Oliveira;
- b. Polo Coque: Ilha de Joana Bezerra;
- c. Polo Boa Viagem: Avenida Boa Viagem (Segundo Jardim);
- d. Polo Santana: Rua Astério Rufino Alvez (Parque Santana);
- e. Polo Lagoa do Araçá: Rua Nova Verona;
- f. Polo Ibura: Avenida Pernambuco (Praça da Maria Sampaio Lucena);
- g. Polo Jaqueira: Avenida Rui Barbosa;
- h. Polo Barro: Rua Padre Diogo Rodriguês;
- i. Polo Casa Amarela: Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar;
- j. Polo Torre: Rua José de Holanda;
- k. Polo Várzea: Avenida Afonso Olindense (Praça da Várzea);
- l. Polo Macaxeira: Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar (Parque da Macaxeira);
- m. Polo Santo Amaro: Avenida Governador Agamenon Magalhães, 57.
- n. Polo Ipsep: Avenida Senador Robert Kennedy;
- o. Polo Engenho do Meio: Praça Doutor Arnaldo Assunção;
- p. Polo Água Fria: Avenida Beberibe;
- q. Polo Guabiraba: Terminal da Guabiraba;
- r. Polo Mustardinha.

2) Gestão administrativa de Parques, com prazo de vigência até 23 de novembro de 2019:

Engloba a gestão do Parque Santana Ariano Suassuna, localizado na cidade do Recife, na Rua Jorge Gomes de Sá, no bairro Santana; e do Parque Urbano da Macaxeira Ministro Fernando Lyra, localizado na cidade do Recife, Avenida Norte Miguel Arraes, no bairro da Macaxeira.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

### 2.2. Base de elaboração e moeda funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base na moeda corrente do Brasil, o real - R\$, considerada como moeda funcional e de apresentação.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Instituto for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### 3.1.1. Ativos financeiros

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros mantidos pelo Instituto, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) mantidos até o vencimento; (b) mensurados a valor justo por meio de resultado; (c) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

No caso do Instituto, os ativos financeiros compreendem:

a) Mantidos até o vencimento

Correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Instituto tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando os métodos dos juros efetivos.

- Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com data para resgate de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Corresponde aos ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.

d) Disponíveis para venda

Refere-se aos ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados e apresentadas no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada. A Instituto não tem nenhuma ativo nessa categoria.

### 3.1.2. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da

taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

### 3.1.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que o Instituto utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a: a) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros e do principal; c) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; d) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas ao resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

### 3.1.4. Baixa de ativos e passivos financeiros

O Instituto baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se não houver transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas existir o controle do ativo transferido, o Instituto reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos setores que terá que pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, o Instituto continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

## 3.2 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

O Instituto por administrar projetos de tempo predeterminado, calcula e contabiliza provisão para arcar com futuras rescisões trabalhistas.

### 3.3 Demais passivos circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

### 3.4 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

As receitas representam o valor justo recebido pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Instituto. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos são reconhecidos quando as receitas são reconhecidas/contabilizadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

As receitas são reconhecidas à medida que o Instituto incorre em despesas, já que esses recursos ingressados não são de propriedade do Instituto e sim da patrocinadora.

### 3.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Instituto revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

4. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<i>Projeto Academia Recife:</i>		
Caixa	906	345
Bancos	68.378	50
Aplicações financeiras	515.928	526.611
	<u>585.212</u>	<u>527.006</u>
 <i>Projeto Parques Recife:</i>		
Caixa	1.112	778
Bancos	61.653	19.113
Aplicações financeiras	262.874	401.854
Total	<u>325.639</u>	<u>421.745</u>
	<u>910.851</u>	<u>948.751</u>

(\*) São aplicações na Caixa Econômica Federal S.A., referentes a dois fundos de investimentos com taxas fixas mensais de 0,95% e 0,80%, sem vencimento previsto.

5. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<i>Projeto Academia Recife:</i>		
Adiantamentos Academia	18.368	-
Total	<u>18.368</u>	<u>-</u>
 <i>Projeto Parques Recife:</i>		
Adiantamento de férias	9.613	21.575
Adiantamento a fornecedores	536	198
Adiantamentos Parques	-	47.028
	<u>10.149</u>	<u>68.801</u>
Total	<u>28.157</u>	<u>68.801</u>

6. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Salários a pagar	109.313	101.084
FGTS a recolher	14.804	13.000
INSS a recolher	45.553	40.160
Outras obrigações sociais e trabalhistas	576	-
Total	<u>170.246</u>	<u>154.244</u>

7. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PIS a recolher	1.870	1.643
IRRF a recolher	12.420	11.370
Outras obrigações tributárias	198	198
Total	<u>14.488</u>	<u>13.211</u>

8. PROVISÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisões para férias	122.065	110.725
Provisões de INSS sobre férias	33.935	30.782
Provisões de FGTS sobre férias	9.765	8.857
Provisões de PIS sobre férias	1.220	1.108
Provisões para rescisão (*)	505.886	-
Total	<u>672.871</u>	<u>151.472</u>

(\*) Refere-se ao cálculo das rescisões trabalhistas de todos os funcionários do Instituto envolvidos nos projetos que têm prazo predeterminados.

9. CONVÊNIOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Convênio – Projeto Academias Recife	-	638.594
Convênio – Projeto Parques Recife	94.344	71.320
Total	<u>94.344</u>	<u>709.914</u>

INSTITUTO DE GESTÃO DO ESPORTE E DA CULTURA - IGEC.

Refere-se ao repasse da Prefeitura da cidade do Recife, que o Instituto não utilizou na aplicação das despesas nos projetos.

10. RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas com prestação de serviços:		
Projeto Academias Recife	2.350.274	2.586.489
Projeto Parques Recife	1.561.462	1.048.338
ISS sobre serviços	<u>(160.593)</u>	<u>(176.799)</u>
Total de deduções da receita		
Total da receita líquida	<u><u>3.751.143</u></u>	<u><u>3.458.028</u></u>

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<i>Projeto Academias Recife:</i>		
Combustíveis e lubrificantes	(10.505)	-
Aluguel de máquinas e equipamentos	-	(22.600)
Aluguéis de bens imóveis	(57.505)	(48.041)
Serviços de pessoa jurídica	(203.560)	(675.368)
Serviços de pessoa física	(36.000)	(20.958)
Energia elétrica	(2.826)	(1.394)
Telefone	(10.254)	(12.120)
Refeições e lanches	-	(1.267)
Cartório	(1.225)	(2.636)
Material de uso e consumo	(28.920)	(60.230)
Diárias e ajudas de custos	-	(14.223)
Outras despesas gerais	<u>(7.092)</u>	<u>(11.298)</u>
Total	<u><u>(357.887)</u></u>	<u><u>(870.135)</u></u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<i>Projeto Parques Recife:</i>		
Combustíveis e lubrificantes	(5.342)	(243)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(11.730)	(228)

INSTITUTO DE GESTÃO DO ESPORTE E DA CULTURA - IGEC.

Aluguel de veículos	(1.000)	-
Energia elétrica	(4.245)	(3.987)
Serviços prestados pessoa jurídica	(329.620)	(262.844)
Material de uso e consumo	(64.757)	(77.822)
Aluguel de imóveis	(21.740)	(14.849)
Diárias e ajudas de custo	-	(4.660)
Outras despesas gerais	(4.651)	(4.401)
Total Parques Recife	<u>(443.085)</u>	<u>(369.034)</u>
Total	<u>(800.972)</u>	<u>(1.239.169)</u>

12. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Descontos obtidos	2.430	1.308
Outras receitas financeiras	13	-
Total	<u>2.443</u>	<u>1.308</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
<i>Projeto Academia Recife:</i>		
Tarifas bancárias	(3.149)	(2.038)
IOF	(812)	(1.899)
IR sobre aplicação financeira	(10.998)	(21.332)
<i>Projeto Parques Recife:</i>		
Tarifas bancárias	(1.846)	(1.056)
IOF	-	(6)
IR sobre aplicação financeira	(6.893)	(9.272)
Total	<u>(23.698)</u>	<u>(35.603)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(21.255)</u>	<u>(34.295)</u>

### 13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido até o vencimento.

A Administração do Instituto não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo.

### 14. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Instituto e autorizadas para emissão em 23 de abril de 2018.

---